

ANÁLISE DE SUBSÍDIOS ESSENCIAIS AO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Roberta Bezerra Brite

Universidade Estácio de Sá – roberta.brite@hotmail.com

Eliane Gerck

Universidade Federal do Rio de Janeiro – elianegerck@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi apresentar sugestões para o aprimoramento do processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em classes comuns. Para isto, levantaram-se as opiniões dos professores sobre adaptação curricular, que estão descritas no presente artigo, assim como, verificou-se as dificuldades e as necessidades de apoio encontradas pelos professores no processo de inclusão e adaptação curricular de alunos com deficiência em classes comuns. A literatura científica recente sustenta a necessidade de se promover ações de políticas públicas voltadas para o aprimoramento constante da prática docente, considerando-se as concepções sobre deficiência que permeiam essas práticas. Foram desenvolvidas as seguintes hipóteses: a percepção dos professores com relação à inclusão de alunos com deficiência em classes comuns colaboraria para diferentes ações educativas; a estruturação de um programa de adaptação curricular individualizado possibilitaria uma reflexão diferenciada acerca das potencialidades do aluno com deficiência em classes comuns. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. A primeira caracterizou-se como análise descritiva da literatura e a segunda etapa foi empírica, constituindo-se como pesquisa exploratória descritiva. O instrumento foi entrevista semiestruturada e os participantes foram 9 professores de classes comuns de quatro escolas do Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. Foram comparadas as opiniões e vivências dos professores entrevistados com aquelas reveladas na pesquisa bibliográfica, no intuito de colaborar para o aperfeiçoamento do processo inclusionista. Houve aspectos que se destacaram em ambas as etapas da pesquisa, como a necessidade de formação continuada dos professores, com foco nas diferentes deficiências com as quais eles irão se defrontar, a questão do profissional de apoio, com formação adequada, e da sala de recursos, além do fato das políticas públicas considerarem o processo inclusionista como algo extremamente simples, minimizando as adaptações necessárias, tanto em nível profissional como material.

Palavras-chave: adaptação curricular, inclusão de alunos com deficiência, concepções dos professores.

INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com deficiência em escolas comuns depende, entre outras coisas, das concepções percebidas nos professores em relação ao processo de inserção desses alunos nas instituições de ensino, levando em consideração como eles percebem a viabilidade e a eficácia de um processo de adaptação curricular individualizado para esse grupo especial. Para tanto, o presente trabalho de pesquisa busca refletir sobre as ações pedagógicas, através de um trabalho qualitativo de reflexão acerca das colocações dos professores de classes comuns e da sala de recursos sobre o processo de adaptação curricular, assim como, possibilidades e dificuldades percebidas por eles.

Segundo Santos e Barbato (2006), os indivíduos se apropriam de novos conceitos a partir de suas experiências em relação às influências históricas e culturais provenientes da sociedade. Sendo assim, estes autores acreditam ser primordial desenvolver pesquisas acerca das concepções que os professores desenvolveram em relação à participação dos alunos com diferentes deficiências, nas várias etapas da escolarização.

Os resultados desta pesquisa merecem ser compartilhados em ações educativas verdadeiramente inclusionistas, além de preencher lacunas determinadas pela escassez de estudos científicos direcionados para a análise das concepções de professores frente à inclusão de alunos com deficiência em classes comuns. A validade social da presente pesquisa baseia-se na relevância do tema inserção de alunos com deficiência no contexto escolar, em decorrência das exigências manifestadas pela transformação de concepções sócio-históricas e pelo desenvolvimento de leis inclusionistas, como o Decreto 7.611/11.

A pesquisa oferece resultados que favorecem a melhoria da prática cotidiana de professores frente à diversidade, possibilitando não só a quebra de paradigmas construídos historicamente, mas também, instituindo subsídios para que repensem suas concepções sobre a inclusão de alunos com deficiência, levando-os a estruturarem novas e melhores práticas pedagógicas direcionadas para o desenvolvimento holístico desse grupo especial.

A pesquisa tem como objetivo geral contribuir para a melhoria do processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em classes comuns, assim como, para a decorrente adaptação curricular dos mesmos. E como objetivos específicos levantar as opiniões dos professores sobre adaptação curricular; descrever as dificuldades encontradas pelos mesmos e suas necessidades de apoio no processo de inclusão e adaptação curricular; e apresentar sugestões para o aprimoramento do processo de inclusão escolar de alunos com deficiência.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. A primeira etapa consistiu numa análise descritiva da literatura. O procedimento consistiu numa busca no google acadêmico, na área de educação, tendo sido escolhidas apenas revistas disponíveis e de língua portuguesa, além de teses e dissertações, a fim de analisar a realidade brasileira acerca do processo de inclusão. A busca se fez através das palavras-chave, a saber: adaptação curricular, crianças com deficiência, escola comum e concepções de professores sobre inclusão. Foram selecionadas 7 pesquisas, que estão descritas abaixo, pela correlação existente com a presente pesquisa.

A pesquisa bibliográfica de Teodoro, Godinho e Hachimine (2016) versou sobre a inclusão de alunos autistas no Ensino Fundamental. Eles analisaram livros, artigos e políticas de educação inclusiva. A partir dessa pesquisa perceberam a importância de um diagnóstico e uma intervenção precoce para a maximização do desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência, além disso, analisaram a necessidade de invenções sistemáticas na prática educativa dos docentes. Para os autores, o professor deve ser preparado constantemente, com cursos de formação continuada, para atender os alunos autistas em todas as suas particularidades, através de adaptações curriculares que favoreçam a aprendizagem qualitativa desses educandos.

O artigo de Leite, Borelli e Martins (2013) relata uma pesquisa bibliográfica, com base em 238 revistas da área de Educação avaliadas no sistema WebQualis, sendo elas qualificadas entre A1 e B2, entre os anos 2000 a 2010. Segundo a análise das revistas, os autores verificaram que a adaptação curricular aparece como estratégia essencial para o desenvolvimento de uma escola para todos. Os autores ressaltaram a escassez de produções acerca de estratégias para efetivação do processo ensino-aprendizagem inclusiva, principalmente, voltadas para revisões curriculares ou formas de flexibilização do ensino algo que demanda intensas pesquisas para maximização das propostas inclusionistas na escola comum. Perceberam ainda que o conceito de deficiência está relacionado ao contexto cultural e ao período histórico.

Scherer e Gräff (2017), a partir de uma pesquisa baseada na análise de documentos legais e revistas pedagógicas, propuseram-se a compreender como as mudanças sócio-históricas em relação às adaptações curriculares contribuem para a promoção de um cenário educacional inclusivo. Os autores procuraram discutir como as transformações sociais podem atender as necessidades individuais no ambiente escolar, reforçando a adaptação curricular como ferramenta primordial para a redução das dificuldades de aprendizagem.

Malacrida e Moreira (2009) realizaram uma pesquisa para analisar como as políticas educacionais influenciam positivamente no desenvolvimento das adaptações curriculares na Educação Básica, levando em consideração a organização social vigente e os aspectos neoliberais que influenciam neste processo. Verificaram que em relação aos documentos analisados existe uma simplificação do processo inclusivo, minimizando uma relação entre teoria e prática que favoreça os recursos necessários para a efetividade da acessibilidade física e educacional.

Lopes (2010) realizou uma pesquisa para analisar o papel das adaptações curriculares como meio de efetivação das políticas públicas educacionais no que se refere à inclusão do aluno com deficiência intelectual em escolas comuns. Realizou a pesquisa, de natureza qualitativa, em uma escola do primeiro segmento do ensino regular. Neste processo, foi introduzida a avaliação de um grupo de estudo e entrevista com roteiro semiestruturado com os professores envolvidos, além de pesquisa documental e observação participante, com intervenção pedagógica dos alunos que frequentavam a sala de recursos. A autora verificou a importância das adaptações curriculares para o sucesso acadêmico do aluno incluído, assim como, o papel primordial da sala de recursos como serviço de apoio e a capacitação docente para a efetivação do processo ensino-aprendizagem deste grupo especial. Para a autora, não basta desenvolver uma legislação ampla no que se refere ao processo de inclusão, se esse processo não vier acompanhado de mudanças gradativas, contínuas e sistemáticas em toda a sociedade, pois o aluno com deficiência intelectual ainda é visto sobre a ótica do fracasso escolar.

Correia (2016) realizou uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo que teve como objetivo discutir a relação existente entre educação especial e currículo, com base nos conceitos de deficiência, conhecimento e aprendizagem, para tanto, foram analisados 148 trabalhos científicos, entre os anos de 2009 e 2015. Todos os artigos selecionados tinham como base a reflexão acerca das possibilidades das adaptações curriculares para a potencialização do acesso ao conhecimento por parte dos alunos com deficiência. O estudo identificou a presença de concepções voltadas para deficiência vista como impedimento ou incapacidade, por entender que a deficiência minimiza a possibilidade de problematizar e aguardar o conteúdo na memória, ocasionando a dificuldade como uma verdade perene. Para Correia (2016), a escolarização dos alunos inclusos encontra-se centrada na concepção de deficiência como um fator limitador da aprendizagem, tendo como referência a incapacidade no que se refere ao conhecimento acadêmico. O estudo identificou fragilidades no que se refere à flexibilização curricular para atender as particularidades dos alunos com deficiência,

pois os educadores, na maioria das vezes, definem antecipadamente o que o aluno é capaz de realizar, destinando o mesmo a um currículo paralelo e empobrecido. Ainda segundo o autor, o que prepondera no conceito de deficiência é o modelo biomédico, que aponta imutabilidade e baixa expectativa de aprendizagem.

Cruz, Mascaro e Nascimento (2011) realizaram uma pesquisa, numa instituição pública de ensino especializado do Estado do Rio de Janeiro, sobre a relação entre os processos de ensino e aprendizagem e o Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado (PDPI) para alunos com deficiência intelectual. O objetivo foi planejar e aplicar um modelo de Plano Educacional Individualizado (PEI), denominado PDPI (Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado), que pudesse favorecer o processo de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual, contribuindo para sua inclusão acadêmica, na sociedade e no mundo do trabalho. Como metodologia, utilizaram a pesquisa-ação colaborativa, a fim de elaborar, implementar e avaliar, juntamente com os professores da Instituição, PDPIs capazes de favorecer o desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual em três dimensões, a saber: no processo de aprendizagem escolar, nas habilidades sociais e nas habilidades necessárias para a inclusão laboral. Os autores perceberam a necessidade de se aprimorar o conhecimento dos docentes em relação à elaboração de estratégias pedagógicas individualizadas a serem empregadas para a maximização do desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual. O estudo se encaminhou para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Psicoeducacionais Individualizados (PDPIs), a partir das formações docentes que ocorreram na instituição, tendo em vista a necessidade de desenvolver estratégias que pudessem favorecer o processo de escolarização de alunos com deficiência intelectual.

Das pesquisas observadas, três empregaram o método de revisão bibliográfica, duas usaram análise documental, uma pesquisa-ação e outra pesquisa descritiva. As conclusões das sete pesquisas levantadas indicaram a mesma direção, que foi a necessidade de formação dos professores para se capacitarem em relação ao processo de inclusão de alunos com deficiência. Indicaram ainda uma concepção de deficiência baseada no modelo biomédico, estigmatizando os alunos com deficiência como doentes, que necessitam de tratamento para serem inseridos. Observaram ainda uma minimização do processo de inclusão como algo muito simples, por parte das políticas públicas, que não impõem a capacitação docente para realizá-lo, nem fornecem o apoio necessário para tal. Ainda se destacou a necessidade de profissionais de apoio e sala de recursos para a viabilização qualitativa do processo inclusionista.

Na segunda etapa foi desenvolvida uma pesquisa exploratória descritiva, com análise qualitativa dos dados. Foram entrevistados 9 professores de quatro escolas diferentes do Município de Duque de Caxias. Destes, dois eram do primeiro ano, um do segundo, um do terceiro, um do quarto, um do quinto, um da sala de recursos, um professor itinerante de educação especial e uma secretária escolar readaptada.

Como instrumento foi realizada uma entrevista semiestruturada, baseada nas seguintes questões norteadoras: 1) O que você acha da inclusão? Ela é possível? 2) O que você acha da adaptação curricular? Ela é possível? 3) Quais as suas maiores dificuldades no processo de adaptação curricular? 4) Qual o principal apoio que o professor precisa para a efetivação do processo de adaptação curricular?

Primeiramente o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil tendo sido aceito segundo o parecer nº 56728416.1.0000.5284. Após a permissão da Secretaria de Educação do Município de Duque de Caxias, foi feito contato com as escolas. A entrevista foi gravada e transcrita para posterior análise qualitativa.

Avaliaram-se as opiniões dos professores entrevistados em relação às questões levantadas na entrevista. No que se refere à possibilidade de inclusão, obteve-se o seguinte resultado: dois professores reconhecem a possibilidade da inclusão e sete professores reconhecem com reservas. Nenhum professor admite ser desfavorável à inclusão.

Dentre as principais reservas sinalizadas pelos docentes, destacam-se o despreparo em relação à infraestrutura e à capacitação dos profissionais, a importância do mediador para a interface com o aluno, a necessidade de um tempo específico para planejamento em prol da adaptação curricular do aluno incluso, o excesso de alunos com deficiência e alguns sem laudo e a estrutura imposta de turmas grandes e mistas. Constata-se, portanto, que apenas dois professores são completamente favoráveis à inclusão. Os demais a aceitam teoricamente, porém acham que o processo está malconduzido.

Já em relação ao processo de adaptação curricular verifica-se que três professores são completamente a favor e seis consideram a possibilidade, mas com ressalvas. Nenhum professor se manifestou contra o processo.

Dentre as ressalvas sinalizadas pelos docentes, ressalta-se: a necessidade de mudança curricular para todos os alunos e não apenas para os alunos inclusos, pois entende-se que com a mudança todos serão beneficiados; a falta de tempo para planejamento, minimizando as possibilidades de mudança curricular; o professor precisa entender o aluno a partir de suas potencialidades e não com foco nas incapacidades; novamente a falta de mediação aparece

como um forte limitador; ressaltando a parceria com o professor da sala de recursos e com a família do aluno; e a ausência de feedback gerando uma docência baseada na tentativa e erro.

Observa-se, assim, que nenhum professor é contra a adaptação curricular, sendo que três foram completamente a favor, e seis apresentam restrições.

Dentre as maiores dificuldades relatadas pelos professores para a adaptação curricular e necessidades de apoio, pois no relato fizeram as mesmas proposições em relação as duas perguntas norteadoras, encontram-se a falta de tempo para planejamento; a necessidade de ajuda de um profissional especializado; a preocupação excessiva por parte da escola com resultados em detrimento do processo ensino-aprendizagem; a falta de interesse da escola na adaptação curricular dos alunos ditos “normais”; a mudança de escola por parte do aluno, o que requer nova adaptação; a falta constante dos alunos com deficiência devido a sua baixa imunidade; a falta de articulação entre os professores; a falta de interesse da Secretaria de Educação em formar os professores para que eles possam dar conta da adaptação curricular; a falta de laudo da deficiência para a promoção da adaptação curricular; a necessidade do professor ter que pesquisar por conta própria, pois não existe nenhuma estrutura para receber o aluno especial; a dificuldade de trabalhar sozinho com esse aluno e com mais um tanto de outros alunos em turmas superlotadas. Ressalta-se, ainda, as dificuldades encontradas no processo de adaptação curricular pelo não cumprimento dessas necessidades, necessitando uma revisão do que se denomina escola inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou identificar as opiniões, assim como as vivências dos professores que trabalham em escolas comuns com alunos inclusos. E comparou tais opiniões e vivências com aquelas reveladas na pesquisa bibliográfica, no intuito de colaborar para o aperfeiçoamento do processo inclusionista.

Houve aspectos que se destacaram em ambas as pesquisas, como a necessidade de formação continuada dos professores, com foco nas diferentes deficiências com as quais eles irão se defrontar, a questão do profissional de apoio, com formação adequada, e da sala de recursos e o fato das políticas públicas considerarem o processo inclusionista como algo extremamente simples, minimizando as adaptações necessárias, tanto em nível do profissional como material.

Especificamente na fala dos professores, pode-se identificar queixas muito importantes que estão aqui destacadas, a saber: falta de tempo de planejamento o que dificulta um trabalho

personalizado de qualidade, ausência total de materiais de apoio, a falta de interesse da Secretaria de Educação em organizar processos de formação continuada para os docentes e a necessidade de se rever holisticamente o currículo e não apenas para o aluno com algum tipo de deficiência.

Verifica-se, assim, a necessidade de se organizar ações efetivas voltadas para a inclusão de alunos com deficiência em classes comuns, entendendo que não basta colocar o aluno na sala junto com o professor, é preciso estabelecer todo um processo de mudança, voltado para o aprimoramento docente, o apoio das políticas públicas, a mudança curricular constante, a busca de profissionais de mediação e a estruturação de materiais de apoio nas escolas.

Sendo assim, sem a busca destas mudanças torna-se muito difícil e até inconsistente a promoção de uma inclusão real que garanta a permanência qualitativa dos alunos com deficiência nas classes comuns. Para tanto, para a estruturação de uma educação que baseie suas práticas na valorização da diversidade e não segregue seus educandos em função de suas diferenças anatômicas, muitas vezes, vistas como limitações, torna-se necessário uma reflexão sistemática acerca dos tópicos analisados nesta pesquisa, de modo a suscitar o desenvolvimento de futuros projetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁVILA, Camila Ferreira de TACHIBANA, Miriam e VAISBERG, Tânia Maria José Aiello. Qual é o Lugar do Aluno com Deficiência? O Imaginário Coletivo de Professores sobre a Inclusão Escolar. Ano 2008. Disponível em www.scielo.br/paideia. Acesso em Maio de 2012.
- BRITE, Roberta Bezerra; NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula e CASTELÕES, Danielle. Concepções de Gestores sobre Pessoas com Deficiência: Trabalhadores de uma Rede de Supermercados. In MENDES, Enicéia Gonçalves e ALMEIDA Maria Amelia (Orgs.). Das Margens ao Centro: Perspectivas para as Políticas e Práticas Educacionais no Contexto da Educação Especial Inclusiva. São Paulo: Junqueira & Marin Editores, 2010.
- BUENO, José. Geraldo Silveira. Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: Generalistas ou Especialistas. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 3. n.5, p. 7-25, 1999.
- CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda. Inserção e Gestão do Trabalho de Pessoas com Deficiência: Um Estudo de Caso. Revista de Administração Contemporânea. v. 13 número especial. Curitiba, 2009.

CORREIA, Gilvane Belem. Deficiência, Conhecimento e Aprendizagem: uma análise relativa à produção acadêmica sobre Educação Especial e Currículo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre, 2016. 186f.

CRUZ, Mara Lúcia Reis Monteiro da; MASCARO, Cristina Angélica Aquino de C. e NASCIMENTO, Hérica Aguiar do Nascimento. Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado: percurso inicial para elaboração e aplicação. VI Seminário Internacional - As redes educativas e as tecnologias, 6. FE/UERJ, Rio de Janeiro. 6 a 9 de jun de 2011. Acesso em julho de 2017.

DANELON, Maria Cristina Tavares de Moraes. A Inclusão para Além da Inserção: Uma Proposta de Intervenção de Linguagem Funcional. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Proped. Mestrado em Educação, 2003.

DECRETO Nº 7.611/11, de 11 de novembro de 2011. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d7611.htm. Acesso em Agosto de 2012.

DEVINNEY, Timothy M.; YIP, George S. e JOHNSON, Gerry. Measuring Organizational Performance: Towards Methodological Best Practice. *Journal of Management*, v. 35 n. 3, p. 718-804, 2009.

FRANÇA, Inacia Sátiro Xavier de e PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Utilitarismo, Pobreza e Desenvolvimento dos Portadores de Deficiência. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v. 15, número especial, p. 857-863, 2007.

GLAT, Rosana e BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no Contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). *Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar*. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI). Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2007.

GLAT, Rosana e FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. *Revista Inclusão*, nº 1, 2005, MEC/SEESP.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. *A Educação do Deficiente no Brasil: Dos Primórdios ao Início do Século XXI*. 2ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.

LEITE, Lúcia Pereira; BORELLI Laura Moreira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Currículo e Deficiência: análise de publicações brasileiras no cenário da Educação Inclusiva. *Educação em Revista (UFMG. Impresso)*, v. 1, p. 34-67, 2013. ISSN 0102-4698. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982013000100005. Acesso em maio de 2017.

LERO, Donna S. Assessing Inclusion Quality in Early Learning and Child Care In Canada with the SpecialLink Child Care Inclusion Practices Profile and Principles Scale. *Assessing Inclusion Quality in Early Learning and Child Care*, 2010. Acesso em agosto de 2012.

Lopes, Esther. Adequação Curricular: um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010. 166 f.

MALACRIDA, Patrícia de Freitas e MOREIRA, Laura Ceretta. Adaptações/Adequações Curriculares no Processo de Inclusão: das políticas educacionais às práticas pedagógicas. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9; III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3, Paraná, PUCPR, outubro de 2009. Anais... Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3161_1327.pdf. Acesso em julho de 2017.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: eduel, 2003. p.11-25.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Os Direitos à Diferença na Igualdade dos Direitos: Questões sobre a Inclusão Escolar de Pessoas Com e Sem Deficiências. In: BATISTA, Cristina Abranches Mota (Coord) *Ética da Inclusão*. Belo Horizonte: Armazém das Idéias, 2004.

MONTEIRO, Ana Paula Húngaro e MANZINI, Eduardo José. Mudanças nas Concepções do Professor do ensino Fundamental em relação à Inclusão após a Entrada de Alunos com Deficiência em sua Classe. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, Jan.-Abr. 2008, v.14, n.1, p.35-52.

MUSIS, Carlo Ralph de e CARVALHO, Sumaya Persona de. Representações Sociais de Professores acerca do Aluno com Deficiência: a prática educacional e o ideal do ajuste à normalidade. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 110, p. 201-217, jan.-mar. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em agosto de 2015.

NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula e NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula. III Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Diálogo e Pluralidade, Anais, São Paulo, 27 a 29 de agosto 2007.

PELOSI, Miryam Bonadiu; NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula. Caracterização dos Professores Itinerante, suas Ações na Área de Tecnologia Assistiva e seu Papel como Agente

de inclusão. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.15, n.1, p.141-154, jan.-abr, 2009.

PLETSCH, Márcia Denise. Repensando a Inclusão Escolar de Pessoas com Deficiência Mental: Diretrizes Políticas, Currículo e Práticas Pedagógicas. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Paulo França Santos e BARBATO, Silviane Bonaccorsi. Concepções de Professores sobre a Inclusão Escolar de Alunos com Distúrbios Neuromotores. Linhas Críticas, Brasília, v. 12, n. 23, p. 245-261, jul./dez. 2006.

SCHERER, Renata Porcher e GRÄFF, Patrícia. Das adaptações às flexibilizações curriculares: uma análise de documentos legais e revistas pedagógicas. E-curriculum Programa de Pós-graduação em Educação: currículo. PUC-SP. Revista Eletrônica disponível em <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i2p376-400>. Acesso em agosto de 2017.

SILVEIRA, Flávia Furtado Silveira e NEVES, Marisa Maria Brito da Justa. Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: concepções de pais e professores. Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2006, Vol. 22 n. 1, pp. 079-088.

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos e HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. Research, Society and Development, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2016. <https://pt.scribd.com/document/327186424/A-Inclusao-de-Alunos-Com-Transtorno-Do-Espectro-Autista-2016>. Acesso em junho de 2017.